

Quando o editorial é carta enigmática: uma análise discursiva do rébus¹

When editorial is an enigmatic letter: a discursive analysis of rebus

Angela Corrêa Ferreira Baalbaki*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar uma materialidade significativa específica, o rébus. A partir de proposta teórica da Análise do Discurso, consideramos o rébus como um processo de significação complexa que conjuga tanto a materialidade opaca do desenho quanto o da letra. Desta forma, tomamos o rébus como um efeito metafórico, considerando o deslizamento de sentidos. Os rébus analisados foram recortados de dois editoriais de uma revista de divulgação científica para crianças.

Palavras-chave: rébus; editoriais; divulgação científica; análise do discurso

Abstract: This article aims to analyze a specific significant materiality, the rebus. From the theoretical perspective of the French school of Discourse Analysis, the rebus is analyzed as a complex signification process that combines both the opaque materiality of the drawing and that of the letter. Thus, we take the rebus as a metaphorical effect, considering therefore the slippage of meanings. The rebuses analyzed were *decoupés* from two editorials of a popular science magazine for children.

Keywords: rebus, editorials, scientific dissemination, discourse analysis

¹ Este trabalho fez parte do trabalho final de doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal Fluminense.

* Professora Adjunta do Departamento de Estudos da Linguagem, do Instituto de Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), email: angelabaaabaki@hotmail.com. Endereço: Rua São Francisco Xavier, 524 /sala 11.033- BLOCO A- 11º andar. CEP: 20559-900 – Rio de Janeiro – RJ.

Para falar em editorial: entre a opinião e a informação

Neste trabalho, propusemos analisar dois editoriais de uma revista de divulgação científica para crianças. Trata-se da revista *Ciência Hoje das Crianças (CHC)*, uma publicação do Instituto *Ciência Hoje*. Nossa análise inicia com o batimento entre descrição e interpretação dos editoriais da revista de forma a (re)pensar essas textualizações sob o escopo teórico da Análise do Discurso. Em face de nosso material de análise, consideramos relevante deslocarmos uma certa definição de editorial atrelada do âmbito do chamado jornalismo opinativo.

Em trabalhos sobre editoriais, e aqui citamos o de Guimarães (1992) e o de Gomes (2007), encontra-se a distinção entre “jornalismo informativo” e “jornalismo opinativo”, sendo considerados os editoriais derivados do último. Para além da disjunção entre informativo ou opinativo, nossas considerações buscam compreender algumas das filiações de sentidos que produzem o modo de dizer a divulgação científica para crianças. Devemos considerar, sobretudo, que “o que é dito nos jornais depende fortemente das possibilidades enunciativas específicas de cada formação social em cada período histórico” (MARIANI, 1998, p. 62). Podemos estender a consideração da autora para as revistas da *CHC*.

De forma a tentar compreender o percurso de naturalização da disjunção entre jornalismo opinativo e jornalismo informativo, retornamos à “Declaração dos Direitos do Homem”. A partir do fim do século XVIII, com a instauração de direitos iguais (diga-se, direitos burgueses), ocorreu uma naturalização do sentido de cidadania. Como nos lembra Pfeiffer (2000, p. 167), “tomamos com a revolução burguesa a universalização do sentido de cidadania – todos são cidadãos e este todo é universal e não específico”. Foram os ideais “nascentes” nas revoluções burguesas, e destacamos a Revolução Francesa (1789) que colocaram em ação os princípios da liberdade de imprensa utilizados por jornalistas do mundo todo durante o século XIX. O artigo 11º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão juramenta que “A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei”. A instauração do direito de todo cidadão à “livre comunicação” passa a ser, ao menos na letra da lei, de todos. A responsabilidade do dizer recai sobre o sujeito, assim como cabe a ele responder por eventuais abusos perante a lei. Trata-se do sujeito-jurídico instituído pelo Estado capitalista, tal como apontado por Haroche (1992), um sujeito detentor de direitos, mas

também de deveres. Mariani (1998), ao discursivizar a institucionalização da imprensa, mostra-nos ter sido essa fundada na ordem jurídica. Vejamos o que a autora diz:

no período em que ocorre a legitimação da imprensa como instituição [...] é também o momento em que se está formalizando tanto uma imagem do sujeito jurídico ocidental, que conquistou seus direitos, e é dotado de vontades e responsabilidades, quanto está firmando concepção predominante de linguagem verbal como instrumento de comunicação (MARIANI, 1998, p.73-74).

Mariani (1998) fala da forma histórica do sujeito capitalista, sujeito que funciona no registro jurídico, isto é, de direitos e deveres, como dono de sua vontade, origem de suas intenções, responsável pelo que diz e também da concomitância da institucionalização da imprensa. Posto isto, a noção de informação está vinculada às leis que constituem a pretensa liberdade presente nessa instituição. Mariani (1998) postula que o mito da informação está fundado no mito de comunicação linguística, entendido como o resultado do “domínio” da linguagem referencial.

Se o jornalismo pauta-se no imaginário de objetividade e neutralidade e, portanto, informatividade da linguagem referencial, como se representa a questão da opinião? Para Mariani, “não se trata apenas da antiga discussão das diferenças entre um jornalismo mais opinativo opondo-se a um mais informativo” (MARIANI, 1998, p. 65), mas a opinião é representada como uma questão da “ordem do funcionamento da língua” (*idem*). O funcionamento está relacionado com a imagem que se faz da própria língua: transparente, unívoca.

O jornalismo, colocado sob a disjunção “informativo” ou “opinativo”, funda-se como organizador dos acontecimentos cotidianos. Em termos discursivos, o que há são gestos de interpretação que organizam e ordenam tais acontecimentos como informativos ou opinativos. Mariani (1998) diz que “no discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si” (MARIANI, 1998, p.62). Em outros termos, dissimula a função-autor e o gesto de interpretação. A suposição de leitura literal e dos fatos que falam por si, a partir da suposição de uma linguagem transparente, suporte de sentido literal, é que propicia esse apagamento interpretativo, inerente à linguagem como constitutiva do sujeito. Aferrar-se à língua como sendo ela o repositório dos sentidos literais e unívocos acaba por criar a ilusão de que o que se diz é uma informação e não uma opinião.

Na discussão que trazemos aqui, não consideramos a classificação do editorial como opinativo ou como informativo, visto ser essa uma classificação pragmática que divide e ordena os sentidos no interior do discurso jornalístico. Uma classificação que

permite opinar em alguns textos, enquanto em outros não, como se em apenas alguns o sujeito-autor interpretasse. A própria localização destacada do editorial, em jornais e revistas, está consubstanciada no imaginário de que a informação e a opinião são polos estanques. Em suma, é uma classificação que está posta na configuração do sujeito-jurídico que opõe imaginariamente objetividade e subjetividade (HAROCHE, 1992).

Salientamos que tomamos o editorial como um sítio de significância (ORLANDI, 2003a, 2004a) – uma região de sentidos – que estabelece relações intertextuais² com as demais seções da revista, não só com os artigos que apresenta, mas, sobretudo no caso da *CHC* com a sua seção de cartas.

Editorial e carta enigmática?

O primeiro editorial da revista foi publicado no exemplar de número 8 (julho de 1988) dois anos após o lançamento do seu primeiro número. No número 8, a *CHC* ainda era um encarte da revista *Ciência Hoje*, ou seja, não era vendida separadamente. Foi o único a ser intitulado “Editorial” e que dá início a um lugar enunciativo e a uma prática discursiva.

Esse primeiro editorial é composto por um único parágrafo. Nele, são trazidos dados sobre o aumento do número de páginas, a instauração de novas seções, como também a funcionalidade da revista. A equipe editorial é apresentada com fotos e pela descrição das atividades realizadas por cada integrante.

A revista de número 9, embora não apresente o título “Editorial”, traz uma carta enigmática, cujo título é “Aos leitores de *CHC*”, e o índice da revista, na mesma página. Os números que seguiram – ainda em configuração de encarte – não apresentaram propriamente um editorial. São compostos pelo índice, pela seção *Correio* e, algumas vezes, por jogos. Dois anos depois, em decorrência de sua independência editorial (a *CHC* deixou de ser um encarte e passou a ser uma revista vendida separadamente), notamos uma mudança na diagramação do editorial. O número 16, de setembro de 1990, ganhou um novo *layout*: o corpo do texto do editorial, configurado como uma carta enigmática, é centralizado e, ao seu redor, é diagramado o índice da revista, com o título das suas seções e as páginas correspondentes. A seção de cartas (anteriormente na seção “Correio”) passou a ser publicada na última página da revista.

² Para Maingueneau (1997) a intertextualidade diz respeito aos tipos de relações que um texto estabelece com outros. Essas relações são definidas no nexo que uma formação discursiva (FD) mantém com outras. O autor distingue dois aspectos da intertextualidade: interna e externa. Na intertextualidade interna, o discurso se define por sua relação com discursos do mesmo campo discursivo. Na intertextualidade externa, o discurso define certa relação com outros campos. Lembra o autor que nenhum campo existe isoladamente, havendo intensa circulação.

Durante os quatro números publicados no ano de 1990, o editorial não segue uma linha precisa: ora fala da finalidade da revista, ora das suas seções, ora de assuntos da atualidade. Mas, sobretudo, sinaliza para que os leitores enviem cartas. Observamos que, a partir do número 20, passa-se a enfatizar o conteúdo de cada seção da revista, como se fosse uma carta de apresentação da mesma. Em relação à localização e diagramação do texto, podemos dizer que o editorial da revista foi – e ainda é – publicado ora no centro ora no lado esquerdo da primeira página.

Nos editoriais da *CHC*, em geral, há uma introdução a respeito do tema do artigo principal da revista, um comentário das demais seções e uma despedida, ofertando a todos uma boa leitura/diversão. Foram essas pistas de organização textual (introdução, comentário e despedida) que permitiram designar os textos que aparecem na primeira página da revista como editoriais. Como já dissemos anteriormente, somente o primeiro (publicado na revista de número 8) apresenta tal designação.

Como pudemos observar, os editoriais na revista não são apresentados/publicados desde os números iniciais. De fato, tal sítio de significância é construído paulatinamente nos diferentes exemplares da revista. Neste artigo, contudo, o interesse de análise recai somente sobre aqueles editoriais que se configuram na forma de uma carta enigmática. Assim sendo, interrogamo-nos pelo funcionamento de tais “enigmas”. É interessante registrar que, dos quase 160 editoriais arquivados durante 20 anos (entre 1986 a 2006) de publicação da revista, somente dois configuram-se como enigmas. São eles: o 2º editorial e o 16º (em sendo o último, o marco do início da fase “independente” da revista). Da perspectiva teórica que assumimos, sabemos que todo discurso abriga o mesmo e o diferente. Se for possível falar, mesmo que ilusoriamente em homogeneidade, os dois editoriais assinalam, em sua estrutura organizacional, o que há de mais marcadamente heterogêneo em relação aos demais editoriais.

Vejamos a seguir os dois editoriais.

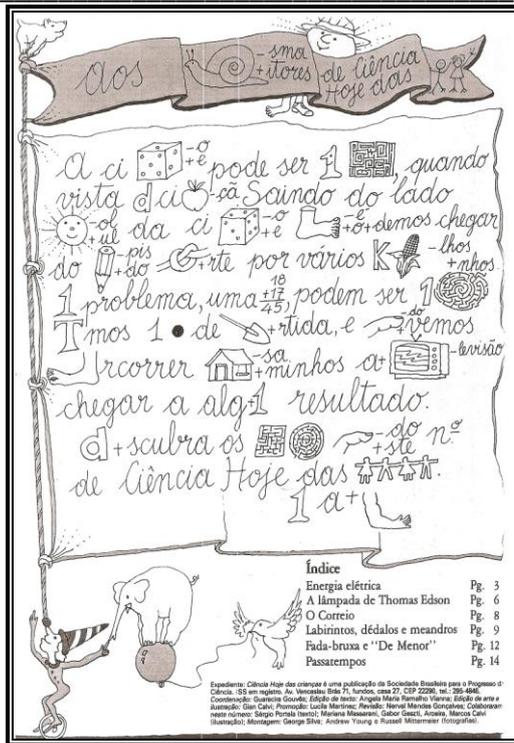


Fig. 1 – Editorial – CHC – nº 9

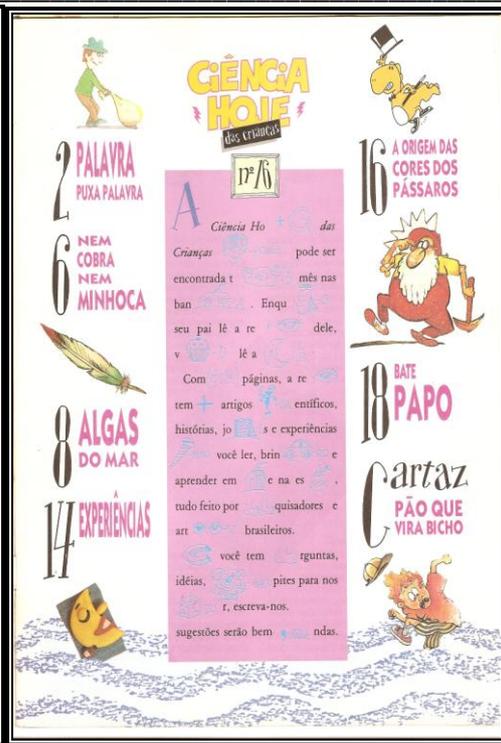


Fig. 2 – Editorial – CHC – nº 16

O editorial, tal como se apresenta, pode ser considerado um rébus. Mas o que seria um rébus? Em consultas a verbetes de dicionários, encontramos:

- A) rébus - n substantivo masculino /enigma figurado que consiste em exprimir palavras ou frases por meio de figuras e sinais, cujos nomes produzem quase os mesmos sons que as palavras ou frases representam// et. fr. rébus (1512) 'equivoco, palavra tomada em outro sentido que não o natural', do lat. rebus, abl. pl. de res 'coisa, matéria'; ver re- (HOUAISS, 2001).
- B) rébus - [Do fr. rébus.]S. m. 2 n. 1. O ideograma no estágio em que deixa de significar diretamente o objeto que representa para indicar o fonograma correspondente ao nome desse objeto (FERREIRA, 1986).
- C) rébus - sm. 'o ideograma no estágio em que deixa de significar diretamente o objeto que representa para indicar o fonograma correspondente ao nome desse objeto' XX. Do fr. *rébus*, deriv. do latim *rebus* (ablativo pl de res) (CUNHA, 1987).

Nos dois últimos dicionários, há um sentido comum para rébus atrelado à fase arcaica da evolução da escrita. No dicionário Houaiss, há também a remissão ao enigma, ao equívoco. É o sentido de rébus como equívoco, uma palavra tomada por outra, que nos interessa observar.

Do ponto de vista linguístico, Kato (2002), ao comentar sobre o aparecimento e evolução da escrita, refere-se ao rébus como uma técnica de representação de palavras ou sílabas por pictogramas. Neste caso, utilizam-se apenas os sons dos nomes dos

objetos representados. Para explicar a passagem do modelo ideográfico ao silabário, a autora retoma um conhecimento mais “cotidiano” do termo.

Para se entender de que forma passamos do sistema logográfico-silábico para o sistema silábico, é importante examinar antes o fenômeno conhecido como *rébus*, que é a representação de palavras ou sílabas por pictogramas, utilizando-se apenas os sons dos nomes dos objetos representados. Usa-se muito da técnica do rébus em jogos de palavras. Tomemos, por exemplo, o pictograma  para representar 'cara' e o pictograma  para representar 'vela'. Se compusermos com eles a palavra caravela, estaremos usando apenas as propriedades fonéticas e não as semânticas. [...] Não é fácil tentar representar palavras dessa maneira. Mas foi esse o caminho encontrado pelo homem para descobrir a escrita silábica (KATO, 2002, p. 15).

Por que não seria fácil representar palavras dessa maneira? Identifica-se uma tentativa de colar o desenho a um referente único, como se o desenho/imagem fosse uma representação ‘fiel’ do referente. Esquece-se que em desenhos/imagens também há opacidade. Afinal, desenhos/imagens também se inscrevem em redes de memórias. Compreendemos, portanto, que o rébus apresenta um funcionamento discursivo muito mais complexo do que a mera junção de partes de palavras e desenhos.

Também sobre o ponto de vista da linguística, Massini-Cagliari (1999), em um artigo sobre a evolução da escrita, considera o rébus como uma escrita pictográfica-fonográfica. A autora explica que “embora o nome **rebus** (*sic!*) não seja familiar, as brincadeiras com este tipo de escrita podem ser encontradas em muitos livrinhos infantis e suplementos infantis de jornais, principalmente em ‘cartas enigmáticas’” (MASSINI-CAGLIARI, 1999, p. 25- grifos da autora). A partir das colocações de Massini-Cagliari, seria possível dizer que o rébus é uma forma atrelada ao mundo infantil, uma vez que relaciona imagem e o som/letra? Ou seria uma forma vinculada ao mundo infantil por não carregar um sentido “transparente”?

Não foi somente a linguística que se debruçou sobre o tema em tela. O tratamento dispensado ao rébus também já ocorrera na psicanálise³. Talvez a maior referência ao rébus encontre-se no livro *A interpretação dos sonhos*, de Freud (1976). A relação estabelecida entre rébus e sonho está na elaboração que transforma os “pensamentos oníricos” em um “roteiro pictográfico” e este é colocado em palavras

³ Em “Função e campo da fala e da linguagem” e em “A instância da letra no inconsciente”, Lacan (1998) retoma a obra de Freud para frisar que as imagens dos sonhos só devem ser retidas pelo seu valor significante.

quando se relata um sonho⁴. O sonho lembrado surge como conteúdo manifesto – produto do relato. Já o conteúdo latente só é desvendado por meio de trabalho de interpretação. Freud chega a apontar a impossibilidade de solucionar o enigma do sonho.

Ainda no campo da psicanálise, em um estudo sobre a letra e a escrita na psicanálise, Rego (2005), sustentando suas constatações na obra freudiana, promove uma interpretação para o rébus. Para a autora, sua base é “fonetizar um signo de palavra deslocando-a da significação como palavra” (REGO, 2005, p. 81). De forma a alcançar tal definição, a autora busca, em um dicionário da língua portuguesa, as acepções do termo. São encontradas duas: a primeira descreve o procedimento no qual o rébus é sopesado como a origem de fonetização do pictograma⁵; a segunda incorre na definição mais usual do termo – jogo de palavras, charada, enigma a ser decifrado. Muito embora as linguistas Kato (2002) e Massini-Cagliari (2000) refiram-se à primeira acepção, de certa forma, acabam tomando o termo mais cotidiano para explicar o conceito.

Voltando ao trabalho de Rego (2005), que não se furta em enfatizar a importância do rébus para a psicanálise, é possível constatar que tal mecanismo não é apenas fundante da teoria psicanalítica sobre a interpretação do sonho, mas, da interpretação de qualquer formação do inconsciente. Sua justificativa repousa na operação principal da interpretação: “causar a exposição de uma outra cadeia” (Rego, 2005, p. 128) composta por significantes.

Diz-nos Rego (2005) que os enigmas de figuras, que podem ser encontrados em gibis, almanaques, palavras cruzadas, ou melhor, “livros de entretenimento” de uma forma geral, são considerados como “falsos enigmas”, pois estão destinados a uma “decifração plena”. Os “verdadeiros enigmas” (como os sonhos) não podem ser completamente interpretados. Nesta perspectiva, a diversão impressa pelos “falsos enigmas” é garantida exatamente pela possibilidade de decifração plena, ou seja, eles podem ser totalmente solucionados. Ocorreria tal decifração plena em relação aos editoriais da revista *CHC* (ou de qualquer outra textualização)?

Decifrar corresponde à leitura decodificação – que se difere da concepção de leitura no interior da Análise do Discurso. Esta compreende a leitura como um processo

⁴ Na referida obra, o sonho é entendido como a realização de um desejo, desejo este recalcado. Os sonhos apresentam dois mecanismos de trabalho: o deslocamento (a possibilidade do desejo se realizar por substitutos) e a condensação.

⁵ Rego (2005) considera essa passagem como um “momento crucial da escrita onde o figurativo se despede de seu significado e passa a ser usado como significante sonoro. Sua primeira ocorrência teria sido na escrita sumeriana; neste caso, um pictograma foi usado foneticamente para escrever um nome próprio” (REGO, 2005, p.100).

de significação, no qual o leitor atribui sentidos ao texto. Em outros termos, a leitura é a configuração de uma discursividade instaurada em um modo de significação. Devemos destacar que, em nossa orientação teórica, não há um recobrimento da noção de leitura e de interpretação. Orlandi (2004) esclarece-nos que a noção de interpretação é mais ampla do que a de leitura, sendo esta uma função enunciativa daquela.

Há de se destacar que, nesse processo, encontram-se minimamente duas posições discursivas: quem produziu (o sujeito-autor) e quem lê (o sujeito-leitor), ambos dando sentido ao rébus. No entanto, não há, como aponta Rego (2005), garantia de interpretabilidade por parte do leitor, visto que extrapola o meramente linguístico e o meramente imagético. Observa-se aí a possibilidade do trabalho do equívoco produzindo efeitos de sentidos. Um exemplo que talvez ilustre tal trabalho do equívoco foi uma passagem ocorrida durante a testagem do editorial número 9. Vamos ao seu relato. Quase ao final da atividade, uma aluna levantou-se e perguntou à professora: “Esses bonecos são do ‘Criança Esperança’?”. Há aí o trabalho do equívoco, da memória; há historicidade. A criança re-significa em outro lugar, ou melhor, sentidos são produzidos para outra discursividade para além daquela da revista.

Em seu funcionamento ideológico, as palavras e os desenhos apresentam-se como transparentes como possíveis de serem atravessadas de forma a atingir seus “conteúdos”; de serem decifrados plenamente. Pomos em causa o efeito ideológico que produz a ilusão de referencialidade. Observamos, no exemplo acima, como os pontos de deriva de um enunciado (sejam de um rébus ou não) oferecem lugares à interpretação. Em sendo assim, a leitura de uma materialidade discursiva implica a “condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 2007, p. 52). A interpretação transita na relação existente entre o ideológico e a memória. A materialidade linguística e a imagética funcionam no equívoco. Isso significa dizer que as duas materialidades são opacas e passíveis de serem afetadas pelo equívoco. Como averiguamos, são diferentes as “reações” ao equívoco, aqui entendido como, “aquilo que faz com que em toda língua [ou qualquer outra materialidade] um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da metáfora, do deslizamento, do lapso e do jogo de palavras e do duplo sentido dos efeitos discursivos” (PÊCHEUX & GADET, 2004, p. 51).

Em relação aos dois editoriais, observamos que são tecidos com fragmentos de palavras, com desenhos, números e sinais de notação matemática. É a recombinação das partes que proporciona a decifração do enigma. E aí se instauraria a satisfação do leitor:

des-cobrir⁶ o que lhe fora oferecido como encoberto – superar o enigma. Há um desmantelamento da linearidade, e o sujeito-leitor é convocado a redefini-la.

O editorial-carta-enigmática é construído pelo sujeito-autor como uma charada, e o lugar construído para o leitor é o de um decifrador, diga-se decifrador de um texto já produzido para ser “totalmente decifrado”, de forma que o leitor chegue a uma pré-determinada linearidade linguística. Nesse jogo de linguagem, a relação se dá, em um primeiro momento, entre significantes (verbais e imagéticos). Significantes que são segmentados, recombinações e encaixados em uma operação de subtrair e acrescentar partes. Vale destacar que é uma atividade que opera com uma linguagem pretensamente precisa, a da matemática. A *lua*, em uma “simples” operação de subtração do *l* e de adição do *s*, passa a ser *sua*, a sua revista *Ciência Hoje das Crianças*.

Nessa perspectiva, a decifração do editorial ocorreria pelas substituições de partes que, depois das operações realizadas, tornar-se-ia um todo; transformar-se-ia em UM – um texto coeso e coerente, aos moldes do sujeito pragmático. Neste movimento de redefinição da cadeia significativa, é concedida ao leitor a função-autor. Cabe a ele encontrar a chave que decifrará a charada, o enigma. E aqui língua é tomada como um código, pois se supõe que um único sentido deve preenchê-lo.

Tudo passa como se o sujeito-autor do rébus acreditasse que a matematização da segmentação e da recombinação dos significantes levasse a uma única possibilidade sintagmática e, por conseguinte, uma única leitura possível. No entanto, lembramos que “a língua no ponto de vista da AD é inatingível, nela se apresentam pontos de resistência à univocidade lógica, resistência às tendências de domesticação dos sentidos” (MARIANI, 2007, p. 66). Com a intervenção de Mariani queremos defender que, embora seja possível solucionar o enigma dos editoriais, não é possível assegurar que sua compreensão seja homogênea, pois todo e qualquer texto está sempre exposto ao equívoco da língua. Ressaltamos que o deciframento do rébus como se tivesse sentido único é parte do funcionamento da língua como código destinado a transmitir informações.

Buscando dar um tratamento discursivo ao editorial-rébus, podemos pensar o texto produzido por este mecanismo como uma metáfora, ou melhor, como um efeito metafórico, entendido como “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre *x* e *y* é constitutivo do ‘sentido’ designado por *x* e *y*” (PÊCHEUX, 1997, p.96). Pensar o rébus como um efeito

⁶ O des-cobrir pressupõe um modelo de ciência segundo o qual o mundo está posto e cabe à ciência desvendá-lo tão somente.

metafórico é considerar a possibilidade de deslocamento de sentido; é pensar que a substituição de uma palavra por outra, na superfície linguística, supõe um deslizamento de sentido, pois “falar sobre metáfora, então, é falar sobre deslocamento e sobre sentido. Os sentidos só existem nas relações de metáfora” (MARIANI, 2007, p. 69). Cabe salientar que há uma historicidade que trabalha o efeito metafórico. Só há deslizamento de sentidos porque os sujeitos significam dentro de uma memória; há um trabalho da historicidade: sentidos produzidos, deslocados, re-significados (ORLANDI, 2004).

Pensamos em uma hipótese para o formato de rébus nesses dois editoriais. Mas como essa hipótese não foi suficiente para compreendermos as relações de deslizamento de sentidos, também realizamos testagens com leitores⁷. Vejamos:

Quadro 1: Testagem do editorial da revista *Ciência Hoje das Crianças* nº 9

<p>A ciência pode ser um labirinto, quando vista de cima. [caminho]</p> <p>Saindo do lado sul da cidade, podemos chegar ao lado norte por vários caminhos. [arte] [nordeste]</p> <p>Um problema, uma soma, podem ser um labirinto. [uma multiplicação] [uma conta] [uma a mais] [uma soma] [uma 18+17] [caminho]</p> <p>Temos um ponto de partida, e devemos percorrer caminhos até chegar a algum resultado. [uma bolinha de partida] [10 de partida] [círculo] [a televisão]</p> <p>Descubra os labirintos deste número de <i>Ciência Hoje das Crianças</i>. [nome] [nono] [caminhos e labirintos] [quadrado e bola]</p> <p>Um abraço [Uma mão]</p>
--

⁷ Realizamos duas testagens em turmas de terceiro ano do Ensino Fundamental. Cada qual foi realizada em uma instituição escolar: uma escola municipal e outra federal, ambas situadas no município do Rio de Janeiro.

Quadro 2: Testagem do editorial da revista *Ciência Hoje das Crianças* nº 16

A *Ciência Hoje das Crianças* **já pode** ser encontrada todo mês nas bancas.
[japonês]

Enquanto seu pai lê a **revista** dele, você lê a sua.
[resombrancelha]
[reolhar]

Com **32** páginas, a revista tem mais artigos científicos, histórias, jogos e experiências para
[8+24]
[33]

você ler, brincar e aprender em casa e na escola, tudo feito por **pesquisadores e artistas**
[passo em passo]
[arte da visão]

brasileiros. Se você tem perguntas, ideias, palpites para nos dar, escreva-nos.

Sugestões serão bem **vindas**

No editorial-rébus, as operações matemáticas não são garantia de reconstrução de uma linearidade difusa/dispersa. O rébus é feito “à moda” da linguagem lógica, como se fosse possível uma relação direta entre palavras e coisas no mundo. Ao incidir por uma ilusória transformação – da pretensa linguagem lógica à linguagem natural –, o editorial deixaria a suposta transparência para ser tomado como um texto em sua opacidade. No entanto, nessa “transformação”, há sempre um resto enigmático ou “o umbigo do sonho”, como aponta Freud (1976), um espaço lacunar, no qual há sempre um resto que propicia que outros sentidos sejam produzidos.

De forma a compreender o editorial-rébus, levamos ao máximo a proposta pecheutiana de “uma palavra por outra” – no nosso caso, partes por outras –, que mais do que uma definição restritiva de metáfora é o ponto de racha, de quebra do ritual ideológico que se dá no lapso ou no ato falho. Todos os leitores compreendem os editoriais igualmente? Ou melhor, todos “des-cobrem o que está encoberto”? Por meio das respostas obtidas pelas testagens, parece-nos que não.

Há algo da ordem do imprevisível, do irrealizável – o real da língua – que se impõe à matematização do rébus em qualquer ponto de sua cadeia significante e acaba por produzir sentidos no interior do sem-sentido. Afinal, “a emergência de um dizer outro pode dar-se por via de associações de sentido e/ou de forma e/ou de som, fazendo o sujeito falar (ou escrever, ou ler, ou ouvir, ou compreender) aquilo que não esperava falar (ou escrever, ou ler, ou ouvir ou compreender)” (MARIANI, 2007, p. 68). Ou como expõe Pêcheux:

as resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (PÉCHEUX, 1990, p. 17).

É exatamente na desestruturação do léxico que o rébus joga. Na acepção dicionarizada, ele é definido como um jogo de palavras opaco que precisa de uma chave para sua decifração; nos editoriais, é presumido como um jogo contido, controlado pelo autor. Mas, como qualquer texto, o editorial-rébus tem pontos de ancoragem que abrem para interpretações.

Com o rébus – “brincadeira” com a cadeia significante – sentidos desfazem-se e novas relações entre sons/letras, imagens e sentidos são realizadas. Podemos dizer que o rébus marca, paralelamente, um corte na linearidade da cadeia significante e abre para outras. É um mecanismo que joga com a incompletude da linguagem. Enfim, o rébus materializa a possibilidade da palavra ser sempre outra.

Gostaríamos de retornar a um ponto. Por que somente dois editoriais foram produzidos dessa forma? Ou melhor, por que outros editoriais não foram produzidos como rébus? Não há uma resposta, mas podemos conjecturar. Provavelmente, porque deixavam pungente uma das assunções sobre as quais o discurso de divulgação científica se constrói, a saber, a ilusão de que há uma univocidade de sentidos possível nos enunciados científicos, visto que a ciência é tomada como a “constatação” ou a “descoberta” da verdade. Ilusão incompatível com a abertura proporcionada pelo rébus, pois sua interpretação se dá nas bordas e nos limites do sem sentido. Sentido que desliza entre palavras, partes de palavras e pictogramas em uma tentativa de regular suas derivas incontornáveis. A busca pelo ideal de completude, de evidência e de transparência talvez tenha rechaçado a configuração do editorial como rébus⁸.

Palavras quase finais

Retomando as considerações tecidas neste artigo, destacamos as principais. Para definirmos o editorial como um espaço de produção de sentidos sobre a revista e suas seções, deslocamos sua caracterização da oposição entre opinativo e informativo. O editorial é uma textualização que apresenta a revista e suas seções ao mesmo tempo em que cria um efeito de convite para leitura da revista. O editorial organiza dizeres:

⁸ Na revista, o rébus reaparece no interior da temática sobre história da escrita (*CHC*, nº48, maio/junho de 1995).

apresenta a pauta da revista de divulgação científica e mantém relação com o que estaria aparentemente fora: o leitor. Compreendemos o rébus como um processo de significação que apresenta um funcionamento complexo: uma opacidade enigmática em que se acrescenta a incompletude gráfica da palavra à opacidade do desenho.

Nessa rede complexa de dizeres, como o rébus coloca a ciência em circulação (se é que a coloca)? Como enigma, editorial-rébus, sentidos desfazem-se e novas relações entre sons e sentidos são realizadas. O editorial-rébus parece comprometer a veracidade da ciência, visto que há sempre algo que sobeja. Talvez por isso tenham sido descartados. O lúdico parece vazar do editorial da revista. Em nossas análises, verificamos que o rébus pode ou não funcionar com uma polissemia aberta, uma vez que um dos efeitos de sentido que se constrói é o da verdade científica. Podemos dizer que os dois editoriais encenam uma representação anedótica dos processos de produção de conhecimento científico.

Referências

- CUNHA, Antônio G. (1987). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FERREIRA, Aurélio. B. de H. (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FREUD, Sigmund. (1976). *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago.
- GOMES, Valéria S. (2007). *Traços de mudanças e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*. 313f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Letras, Recife.
- GUIMARÃES, Doroti M. (1992). *Um estudo da organização textual de editoriais de jornais paulistanos*. 120f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- HAROCHE, Claudine. (1992). *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Ed. Hucitec.
- HOUAISS, A. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva.
- KATO, Mary. (2002). *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 7ed. São Paulo: Ática.
- LACAN, Jacques. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1987). *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes & Editora da Unicamp.
- MARIANI, Bethania. (1998). *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Renavan; Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- _____. (2007). Silêncio e metáfora, algo para se pensar. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, p. 213-228.

MASSINI-CAGLIARI, Gladys. (1999). Escrita ideográfica e escrita fonográfica. In: __; CAGLIARI, Luiz. Carlos. *Diante das Letras: a escrita na alfabetização*. São Paulo: Mercado de Letras, p. 21-31.

ORLANDI, Eni. (2003a). A leitura proposta e os leitores possíveis. In: __ (org.). *A leitura e os leitores*. 2ed. Campinas, SP: Pontes, p.7-24.

_____. (2003b). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ed. Campinas: Pontes.

_____. (2004). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4ed. Campinas, SP: Pontes: Vozes.

PÊCHEUX, Michel. (1988). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas. Editora da Unicamp.

_____. (1990). Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, n.19, p. 7-24, jul./dez.

_____. (1997). Análise automática do discurso. In: GADET, F. & HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, p 61- 162.

_____; GADET, Françoise. (2004). *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes.

_____. (2007). Papel da memória. In: ACHARD, P.; et al. (org.). *Papel da memória*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, p.49-57.

PFEIFFER, Cláudia C. (2000). *Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito*. 183f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.

REGO, Claudia de Moraes. (2005). *Traço, letra, escrita na/da psicanálise*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 304p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio, Rio de Janeiro.

Data de Recebimento: 15/10/2013

Data de Aprovação: 14/04/2014

Para citar essa obra:

BAALBAKI. Angela C. F. Quando o editorial é carta enigmática: uma análise discursiva do rébus. In: **RUA** [online]. 2014, no. 20. Volume II - ISSN 1413-2109. p. 97-111. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.
<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Capa:

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

LABEURB - LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS
UNICAMP/COCEN / NUDECRI
CAIXA POSTAL 6166
Campinas/SP – Brasil
CEP 13083-892

Fone/ Fax: (19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>